

Raul Brandão



Da Traulitânia e Monsanto ao regresso da República Velha

1919

A escalada de Monsanto ficou como uma data histórica e para mim superior à própria proclamação da República
(Magalhães Lima)

Os democráticos convenceram-se de que a restauração da República foi a sua própria restauração como partido político e como não podem assaltar o poder Central vão treinando as suas forças nos assaltos locais de que tirarão partido oportunamente para o grande salto sobre o Terreiro do Paço
(José Relvas)

É um orador, até os seus artigos são discursos... mas justiça, liberdade e povo que para outros não passam de palavras, são para ele realidades profundas
(Raul Brandão sobre António José de Almeida)

● **Versalhes e a nova Alemanha** – Nos termos do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de Junho, cinco anos depois do incidente de Serajevo, a nova Alemanha diminui, sobretudo, a nível do espaço colonial, dado que, no tocante ao território europeu, as perdas são reduzidas: tem de devolver a Alsácia-Lorena à França; Eupen, Malmédy e Saint-Vith à Bélgica; o norte do Schleswig à Dinamarca; fica com o Sarre sob estatuto internacional, administrado pela Sociedade das Nações, até 1935, podendo a França dispor das minas dessa região; para a Polónia, perde a Posnânia e a Alta Silésia; a Prússia oriental fica separada da restante Alemanha; Dantzig passa a cidade livre; a região de Memel é atribuída ao novo Estado da Lituânia; finalmente, a margem ocidental do Reno fica sujeita a ocupação militar até 1935. Além disso, estabelecem-se fortes restrições militares, nomeadamente pela proibição da conscrição, bem como de tanques, submarinos e força aérea; como dizia Lloyd George, em 25 de Março de 1919, a Alemanha fica cercada *por um cinturão de pequenas nações que no passado tinham sido incapazes de instituir governos estáveis, mas nos quais se encerrarão importantes massas alemãs proclamando a sua vontade de se reunirem à mãe-pátria*; a fraqueza da República de Weimar leva esta entidade a assinar com a nova Rússia, primeiro, o Acordo de Rapallo, de 1922, através do qual se furam as cláusulas do não rearmamento, e, depois, o Tratado de Amizade de Berlim, de 1926, esse modelo de *resseguro* que, como dizia Gustav Stresemann, servia para *atingir, pela astúcia, o que não pode alcançar-se pela força*, dado que importaria não comprometer *qualquer abandono de um território que anteriormente pertencera à Alemanha*. Também a nova Áustria, nos termos do Tratado de Saint-Germain, de 10 de Setembro de 1919, tem de entregar à Itália o Sul do Tirol, com Trieste, a Ístria e regiões da Dalmácia. A Bulgária, conforme o tratado de Neuilly, de 27 de Novembro de 1919, cede a Dobrudja à Roménia, algumas porções de território à Jugoslávia e o litoral do Egeu à Grécia

● **Pan-africanismo, democracia cristã, fascismo e Internacional Comunista** – No ano da morte de Moisei Ostrogorski, da eleição do papa Bento XV, destaque para o I

Congresso Pan-Africano, realizado em Paris, em Fevereiro, organizado por William Du Bois, norte-americano, doutor em Heidelberg e professor de sociologia em Atlanta, onde se pede que as colónias alemãs sejam confiadas à gestão da comunidade internacional e a criação de um organismo permanente visando o controlo da aplicação de leis destinadas à melhoria de vida dos africanos. Em Itália, Luigi Sturzo (1871-1959), secretário-geral da Acção Católica desde 1915, funda, em Janeiro, o Partido Popular Italiano que, logo nas eleições de Novembro consegue cem deputados. Também em Itália, em 23 de Março, fundam-se em Milão os *Fasci Italiani di Combattimento*, já com 17 filiados no final do ano, entusiasmados com a acção dos *irridentistas* na conquista de Fiúme, em 12 de Setembro. Se na Hungria, em 16 de Novembro, Miklos Horthy derrota Bela Kun, já em Moscovo, em 4 de Março, funda-se a III Internacional, a chamada Internacional Comunista que, no calão jornalístico, passa a ser conhecida como *Komintern*.

●**Dos maximalistas ao cometa Halley** – O ministro das colónias do governo de Domingos Pereira, João Lopes Soares, institui, como entidade pública, a Escola Superior Colonial, criada em 1906, no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em edição da portuense Renascença Portuguesa, Raúl Brandão lança o I volume das suas *Memórias*, enquanto Luís Cabral de Moncada se doutora em direito e Paulo Merêa teoriza *As Teorias Políticas Medievais no Tratado da Virtuosa Benfeitoria*, no ano de fundação da Faculdade de Letras do Porto. Já Fernando Pessoa participa no jornal *Acção* do Núcleo de Acção Nacional, de marca sidonista, nele publicando os artigos *Como Organizar Portugal* e *A Opinião Pública*. Surge a Federação Maximalista Portuguesa, base do futuro PCP, bem como a Federação Nacional Republicana, de Machado Santos. Entretanto, na noite de 18 para 19 de Maio, dá-se a aproximação do cometa *Halley* à Terra, com milhares de pessoas na rua, algumas organizadas em procissões, apesar de governo ter tido o cuidado de, previamente, fazer publicar no *Diário do Governo*, em 4 de Maio, um apêndice contendo um relatório técnico da Academia das Ciências, anunciando o fenómeno. Dois anos depois do *milagre do sol*, o povo pouca conciliação parecia ter com a segurança positivista.

●Eclodem **movimentos revolucionários** em Lisboa e na Covilhã (10 de Janeiro), sob o comando de uma junta revolucionária constituída por Álvaro de Castro (então democrático), Francisco Couceiro da Costa (evolucionista), António Granjo (evolucionista), Jaime de Morais (deputado dezanista), Augusto Dias da Silva (socialista) e Cunha Leal (deputado dezanista). Apoiam a junta militares como Ramos de Miranda, Jaime de Figueiredo, Tribolet e António Maria Baptista, enquanto em Lisboa se revolta Prestes Salgueiro²⁷ (1891-1950), até então membro do gabinete do ministro da marinha.

●Começa a **revolta de Santarém** com Álvaro de Castro, Cunha Leal e Jaime de Figueiredo (12 de Janeiro), os quais declaram querer *acabar com a influência monárquica*



no poder, depurar o exército, defender em todos os campos e inalteravelmente a República, ao mesmo tempo que defendem a nomeação de um governo presidido por Nunes da Ponte, com o general Tamagnini de Abreu a ministro da guerra.

●Uma nota oficiosa do governo de 12 de Janeiro refere a existência de prenúncios de um movimento revolucionário, *capitaneado por democratas e secundado por agentes bolchevistas*.

●Os revoltosos de Santarém rendem-se incondicionalmente, devido à acção da *coluna negra* vinda da Covilhã e comandada pelo tenente Teófilo Duarte, governador de Cabo Verde (16 de Janeiro). Este grupo, que se internara nas Beiras, segue sob um pavilhão de seda negra onde com letras brancas, se lê *Glória a Sidónio Pais*. Ironicamente, a acção de Teófilo e dos seus sequazes, se impede que a cidade seja tomada pelas tropas das juntas monárquicas, comandadas por Silva Ramos, que

tencionavam pedir a Paiva Couceiro para encabeçar o movimento.

●Começa a **conferência de paz de Versalhes**, com Portugal a ser representado por Egas Moniz (18 de Janeiro).

●**Monarquia no Porto** – Paiva Couceiro restaura a monarquia no Porto (19 de Janeiro) e forma-se imediatamente um governo com o visconde de Banho, o conde de Azevedo e o capitão Sollari Alegre, numa acção condenada pelo próprio D. Manuel II. E lá se vive o delírio do caceteirismo dos *trauliteiros*, tão odiento quanto o modelo dos *lacraus* do sidonismo ou que os *formigas brancos* democráticos.

●**Manifestação de republicanos** em Lisboa diante do ministério do interior (21 de Janeiro). Voluntários civis concentram-se no Campo Pequeno para receberem armas e instrução militar. Destaca-se a acção do major de infantaria André Brun. São mobilizados antigos apoiantes civis do sidonismo, como Manuel Inácio Ferraz (22 de Janeiro).

●**Revolta monárquica de Monsanto** em Lisboa. No dia 22 de Janeiro à noite, tropas pró-monárquicas começam a deslocar-se para Monsanto, sob o comando de Aires de Ornelas. As forças republicanas pró-governamentais são comandadas pelo tenente-coronel Vieira da Rocha. Pelos monárquicos, onde também combate João de Azevedo Coutinho, há um conjunto de civis comandados pelo ex-capitão Júlio da Costa Pinto, que resistem até às 17 horas do dia 24.

●**A escalada heróica** – *A escalada de Monsanto ficou como uma data histórica e para mim superior à própria proclamação da República* (Magalhães Lima).

●**Vitória republicana** – Recomeça a publicar-se *O Mundo* e o governo apresenta a demissão (26 de Janeiro). O jornal logo comunica que o partido democrático defende uma *concentração republicana*. Depois de esmagada a revolta monárquica de Monsanto, há reunião na sede do jornal *A Luta* (26 de Janeiro) presidida por Couceiro da Costa, com Cunha Leal, Álvaro Castro, Tomé de Barros Queirós, Aresta Branco,

Fernandes Costa, Xavier Esteves, Inocêncio Camacho, Domingos Pereira, Ladislau Batalha e Augusto Dias da Silva, onde se chega a um consenso quanto à escolha de José Relvas. Como chegou a vaticinar Guerra Junqueiro, *esta situação*, do sidonismo, *só podia acabar pela restauração da Monarquia ou pela restauração da República*.

●**Safanões à esquerda e à direita** – *Tristes acontecimentos esses* (revolta de Santarém e Traulitânia), *foram como que dois fortes safanões, para a esquerda e para a direita, produzidos num velho edifício periclitante, mas cuja perpendicular, tirada do centro, não chegou em nenhum dos casos a cair fora da sua base de sustentação republicana* (Luís Cabral de Moncada).



●**Governo nº 70** (27 de Janeiro) **José Relvas** (62 dias). O chamado *ministério da desforra*, com o qual se regressa ao regime da *república velha*. O gabinete, de *concentração republicana*, diz-se destinado a *combater os realistas* e nunca os sidonistas republicanos. Começa por juntar representantes de todos os partidos, incluindo os próprios sidonistas (na justiça, estrangeiros, comércio e colónias), cujo parlamento se mantém até 19 de Fevereiro, data em que se regressa formalmente à plena vigência da Constituição de 1911. Proclama que *é de todos os partidos, não tem partido algum, o seu partido é a república*.

●Presidência e interior: o republicano independente José Maria Mascarenhas Relvas (1858-1929), antigo ministro da fazenda do governo provisório, ligado a Brito Camacho, um dos principais líderes da Associação Central da Agricultura Portuguesa. Justiça: um evolucionista, o juiz da Relação Francisco Manuel Couceiro da Costa. Finanças: um democrático: o médico António Paiva Gomes (1878-1939). Marinha: um unionista: Tito Augusto de Moraes. Negócios estrangeiros: um sidonista: Egas Moniz. Couceiro da Costa, interino desde 27 de Janeiro de 1919. Comércio: um sidonista:

Manuel José Pinto Osório. Desde 25 de Fevereiro, Júlio Augusto de Patrocínio Martins (democrático). Colónias: José Carlos da Maia (sidonista, independente) e, depois, Domingos Leite Pereira (interino desde 21 de



Março). Guerra: tenente-coronel António Maria de Freitas Soares (n. 1877), independente, antigo chefe de gabinete de Tamagnini Barbosa. Trabalho: Augusto Dias da

Silva² (socialista) que Relvas considera como mentalidade singularmente anárquica e de uma ignorância enciclopédica. Agricultura: Jorge de Vasconcelos Nunes. Abastecimentos: João Henriques Pinheiro (sidonista). Jorge de Vasconcelos Nunes, interino desde 27 de Fevereiro. Instrução Pública: Domingos Leite Pereira (democrático).

● **O medo dos democráticos** – *Não posso correr o risco de ver as procissões cívicas nas ruas de Lisboa, clamando a intangibilidade da lei da Separação e festejando em apoteoses, como as piores de 1911, Afonso Costa e Bernardino Machado* (José Relvas).

● **Retorno ao pré-sidonismo** – Republicanos conquistam Estarreja (11 de Fevereiro) Fim da Traulitânia no Porto (13 de Fevereiro). Queda da *Monarquia do Norte* em Vila Real (17 de Fevereiro). Dissolução do parlamento sidonista (19 de Fevereiro). Substituição dos governadores civis, com os democráticos a assaltarem o poder local (a partir de 23 de Fevereiro). De facto, uma das principais técnicas da conquista e manutenção do poder está na ocupação das infra-estruturas do poder local, a partir de uma janela de oportunidade, oferecida pelo reservatório central da autoridade. Sai o primeiro número de *A Batalha* (23 de Fevereiro). Nova lei eleitoral (1 de Março).

● **Desordem pública** – Assalto a estabelecimentos comerciais em Coimbra, numa *revolta da fome* (3 de Abril). Criada, em 7 de Abril, a partir da Polícia Preventiva, mera secção da PSP de Lisboa, a **Polícia de**

Segurança do Estado que em 1922 passa a Polícia de Defesa Social

● Fala-se na criação de um **partido conservador**, com a junção de unionistas e evolucionistas, mas, em 8 de Março, António José de Almeida, apenas considera de aceitar a integração dos camachistas no partido evolucionista, nesta sequência, José Relvas pede a demissão por não querer *presidir* a uma *vitória eleitoral dos democráticos*.

● **Governo nº 71** (30 de Março) de **Domingos Pereira** (92 dias). Com cinco democráticos, três evolucionistas, dois unionistas e um socialista.

● O presidente, Domingos Leite Pereira (n. 1882), é um antigo seminarista e propagandista republicano, companheiro de



João Chagas, que havia sido presidente da câmara de Braga antes de 1910, acumula a pasta do interior. É nesta pasta substituído

interinamente por António Maria

Baptista de 20 a 28 de Abril de 1919. Justiça: António Joaquim Granjo (1881-1921) evolucionista. Finanças: o advogado e dramaturgo Amílcar da Silva Ramada Curto² (1886-1961), então, ainda democrático, mas futuro líder dos socialistas, de quem se torna deputado em 1922, que logo no acto de posse declara: *favores sociais, tudo; favores individuais, nada*. Guerra: António Maria Baptista (democrático) desde 1 de Abril. Marinha: Vítor José de Deus Macedo Pinto (evolucionista), desde 3 de Abril. Estrangeiros: Rodolfo Xavier da Silva Júnior (independente). Comércio: Júlio Augusto do Patrocínio Martins (evolucionista e futuro popular). Colónias: João Lopes Soares (1878-1970) democrático, pai do futuro presidente da república Mário Soares. Instrução pública: Leonardo José Coimbra (democrático). Trabalho: Augusto Dias da Silva (socialista), até 6 de Maio, quando é substituído interinamente por Jorge de Vasconcelos Nunes. Agricultura: Jorge Vasconcelos Nunes (unionista). Abastecimentos: Luís de Brito de Guimarães (unionista).

●**Os trinta suplementos** – Na véspera das eleições (10 de Maio), surge o mais gordo diário oficial da história portuguesa, onde, para além do pacote laboral, se publicam 30 suplementos, que, segundo os críticos, criam cerca de 17 mil novos empregos públicos. Todos nomeados *por conveniência do serviço público*, sem o visto do Conselho Superior de Finanças.

●**A empregomania.** Os números são incertos, mas em Março já haviam sido saneados 500 oficiais do exército. Mas em 1930, contabilizam-se mais de 17 000 funcionários do que em 1911, enquanto as forças armadas, nesse período, também aumentam em cerca de 16 000 efectivos. Assim triunfa a *empregomania* semeada pelo devorismo de Rodrigo da Fonseca, só que agora ela se democratiza, alargando-se às classes médias e a núcleos da pequena burguesia. E como não havia moralidade, todos queriam *comer à mesa do orçamento*.

●**Partido conservador** – Alberto Madureira, em 13 de Abril, tenta a criação de um neosidonista *partido republicano conservador*, com Nunes da Ponte, Francisco Fernandes e António Miguel de Sousa Fernandes, antigo governador civil de Lisboa. Em 15 de Abril, a Junta Municipal de Lisboa dos evolucionistas manifesta-se contrária à dissolução do partido.

●**Proposta de partido reformador** No dia seguinte, há uma reunião no consultório de Egas Moniz de delegados dos partidos centrista, unionista e evolucionista, com republicanos independentes, tendo em vista a unificação naquilo que então se qualifica como o *partido republicano reformador*. Novo malogro, face à resistência dos evolucionistas.

●**Bipolarização entre moderados e radicais** O evolucionista Ribeiro de Carvalho, em entrevista a *A Capital*, defende um *grande partido moderado*, incluindo democráticos, que se oporia a um *grande partido radical*, para onde deveriam transitar os radicais, isto é democráticos, evolucionistas e unionistas, o que só se conseguiria com a dissolução dos três grandes partidos.

●**A resistência dos evolucionistas** – O processo de unificação é novamente detido

quando em 24 de Abril ex-parlamentares evolucionistas, em reunião tida com António José de Almeida se manifestam contra a dissolução do respectivo partido. Desta forma se reconhece a falta de coerência, programática, ideológica e de estilo, dos partidos existentes, onde havia gente nos evolucionistas bem mais à esquerda do que nos democráticos e vice-versa. As filiações, marcadas pelo oportunismo, pelos acasos e até pelas relações pessoais e de grupo, levam, por exemplo, a que um Gomes da Costa se filie sucessivamente nos reformistas de Machado Santos, no Partido Centrista de Egas Moniz e no Partido Reformista, na Federação Nacional Republicana, mais uma vez com Machado Santos, e no Partido Radical, para acabar líder do 28 de Maio. Com efeito, o partido evolucionista, tanto tinha mobilizado radicais de esquerda, à maneira de um Júlio Martins, como futuros ultra-reaccionários, como Alfredo Pimenta. Até os democratas-cristão vindos do CADC clamavam que eram bem mais antigos no maurasianismo do que os integralistas e Afonso Costa, o *racha-sindicalistas*, não se coibia de invocar Karl Marx.

Dem. 96	156 dep.	Evol. 38
Soc. 8		Union. 17
Ind. 13		Cat. 1

●**Eleição nº 49** do Congresso da República, em 11 de Maio. 156 deputados e de 68 senadores. Cerca de 500 000 eleitores e de 300 000 votantes. Democráticos (55%): 86 deputados e 36 senadores. Evolucionistas (22%): 38 deputados e 27 senadores. Unionistas (10%): 17 deputados. Independentes: 13 deputados e 6 senadores. Socialistas: 8 deputados. Católicos: 1 deputado e 1 senador. Há um senador centrista. Reabertura do Congresso (3 de Julho).

⇨ Da esquerda

Reconstituintes

Para a direita ⇨

Unificação da direita republicana

●No dia 11 de Março de 1920, Álvaro de Castro comunica ao Congresso a constituição de uma dissidência dos democráticos. Consegue a adesão de Sá Cardoso e de outros deputados democráticos, bem como de alguns dissidentes do partido liberal.

●No dia 8 tinha subido ao poder o governo de António Maria Baptista, quase integralmente democrático, visando, sobretudo, garantir a ordem pública contra a onda de greves.

●Em 2 de Abril, manifesto assinado por 19 deputados (entre eles, Américo Olavo, Artur Lopes Cardoso, Carlos Olavo, Ferreira da Fonseca, Rego Chaves, Hélder Ribeiro, Pereira Bastos, Camarate Campos, Manuel Alegre e Pedro Pita). Entre os senadores, Lima Alves, Melo Barreto, Namorado de Aguiar e Vasco Marques). Surge assim o *Grupo Parlamentar de Reconstituição Nacional* que se transforma em comissão organizadora do *Partido Republicano de Reconstituição Nacional*, corporizado em 27 de Junho de 1920, invocando o liberalismo vintista

●Os reconstituíntes vão participar no governo de António Granjo (de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920), com Artur Lopes Cardoso, Hélder Ribeiro, Ricardo pais Gomes, Melo Barreto e Júlio Dantas.

●Depois, entre 20 e 30 de Novembro, é o próprio Álvaro de Castro a constituir governo, com os correlegionários Lopes Cardoso, António da Fonseca, Júlio Dantas e José Maria Álvares.

●No governo seguinte, de Liberato Pinto, continuam a participar Lopes Cardoso, Álvaro de Castro e António da Fonseca.

●No governo de Bernardino Machado, os reconstituíntes continuam governamentais, com Lopes Cardoso, Álvaro de Castro e António da Fonseca.

Dissidência de Domingos Pereira

●Em Novembro de 1920, um grupo de democráticos, liderado por Domingos Pereira, entra em divergência com o directório do partido e decide apoiar e participar no governo de Álvaro de Castro, também ele dissidente dos democráticos e então chefe dos reconstituíntes, lado a lado com os populares. O novo governo dura apenas dez dias. Entre outros, acompanham-no Jaime de Sousa e Adriano Pimenta. O afastamento durará até Janeiro de 1922, quando o grupo regressa ao seio dos

●Imediatamente após a queda do sidonismo, surgem tentativas para a unificação das oposições republicanas aos democráticos.

●Alberto Madureira, neo-sidonista, em 13 de Abril de 1919, sugere a criação de um *partido republicano conservador*, com o unionista Nunes da Ponte, o sidonista ex-monárquico Francisco Fernandes e o sidonista António Miguel de Sousa Fernandes, antigo governador civil de Lisboa.

●Em 15 de Abril, a Junta Municipal de Lisboa dos evolucionistas manifesta-se contrária à dissolução do partido.

●No dia 16 de Abril, reunião no consultório de Egas Moniz de delegados dos partidos centrista, unionista e evolucionista, com republicanos independentes, tendo em vista a unificação naquilo que então se qualifica como o *partido republicano reformador*. malogro, face à resistência dos evolucionistas

●O evolucionista Ribeiro de Carvalho, em entrevista ao jornal *A Capital*, defende um *grande partido moderado*, incluindo democráticos, que se oporia a um *grande partido radical*, para onde deveriam transitar os radicais democráticos, evolucionistas e unionistas, o que só se conseguiria com a dissolução dos três grandes partidos.

●Em 24 de Abril, ex-parlamentares evolucionistas reúnem com António José de Almeida e manifestam-se contrários à dissolução do partido.

●Mas, em fins de Setembro, sob o governo de Sá Cardoso, onde apenas participam democráticos, depois de António José de Almeida ter sido eleito presidente em 6 de Agosto, dissolvem-se os partidos unionista e evolucionista, para a criação do *Partido Republicano Liberal*, com o programa redigido pelo unionista Matias Ferreira de Mira.

●A reunião dos unionistas decorre em 29 de Setembro. O congresso dos evolucionistas em 30 de Setembro e 1 de Outubro. No dia 5 toma posse António José de Almeida, como presidente da república.

●Não tarda que o novo partido, já integrado por evolucionistas e unionistas, abra as portas aos sidonistas: primeiro, à facção do ex-evolucionista e ex-centrista, Egas Moniz. Depois, aos restantes sidonistas moderados.

●Assim, em 13 de Outubro o directório do

democráticos.

Democráticos

● Com o governo de José Relvas, há uma vaga de substituição de governadores civis e de nomeação de comissões administrativas para os municípios, numa partilha de que beneficiam os democráticos, assim se demonstrando tanto a falta de autonomia da sociedade civil, como a persistência do modelo absolutista da centralização.

● Afonso Costa, exilado em Paris, dirige uma carta ao directório do PRP manifestando a sua mágoa pela política interna portuguesa, onde declara renunciar à actividade partidária (3 de Março de 1919).

● Filiados do PRP dirigem uma carta a Afonso Costa negando-lhe o direito de abandonar o partido e solicitando-lhe que nele permaneça (6 de Maio). Apesar de eleito deputado em 11 de Maio, não toma posse.

● Comissões do PRP de Lisboa fazem novo apelo a Afonso Costa no sentido dele reconsiderar a decisão de abandono da actividade partidária (14 de Maio).

● *Jornal A Montanha* do Porto questiona: *Partido Democrático? Qual? O de Afonso Costa? O de Domingos Pereira? O de António Maria da Silva? O de Álvaro Castro? Valha-nos Deus* (18 de Setembro)

Populares

● Júlio Martins, ex-evolucionista, anuncia a constituição do grupo parlamentar popular (8 de Outubro de 1919). Contesta a unificação dos evolucionistas e dos unionistas no Partido Republicano Liberal. Terá o apoio de alguns grupos de radicais democráticos.

● Entre os dirigentes mais destacados: Francisco da Cunha Leal, Vasco Guedes de Carvalho, Fernando Brederode, Vítor Macedo Pinto e Carvalho Santos.

● Segundo Cunha Leal, que dirigirá imediatamente o jornal do grupo, *nunca ultrapassámos o âmbito duma força ocasional e precária, nem sequer nos abalançámos a improvisar por esse País fora, um esboço de organização partidária.*

Socialistas

● Conseguem 8 deputados em 1919. Promovem comício no teatro Apolo em 18 de Abril de 1919. O semanário socialista *O Combate* passa a jornal diário. Dirigido por Alfredo Franco (20 de Abril). Congresso em Lisboa (4 de Outubro de 1920)

Anarco-sindicalistas

Partido Nacional Republicano, então liderado por Egas Moniz, aconselha a dissolução do mesmo grupo. Idêntica posição é tomada em 15 de Outubro, pela facção sidonista que se lhe opunha, então dirigida por Feliciano Costa e que publica *A Situação*.

● O I Congresso do novo partido decorre nos dias 22 e 23 de Novembro de 1919, passando a ser dirigido por António Granjo, Matias Ferreira de Mira, Tomé de Barros Queirós, Jorge Nunes, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Francisco Fernandes Costa, Augusto de Vasconcelos, Celestino de Almeida, Constâncio de Oliveira, Inocêncio Camacho, António Ladislau Parreira, António Ginestal Machado e Egas Moniz, tendo como órgãos *A Luta* e *A República*.

● Entretanto, o governo Sá Cardoso pede a demissão em 3 de Janeiro de 1920 e António José de Almeida logo trata de convidar os novos liberais para constituírem governo, o que fazem sob a presidência de Fernandes Costa, com António Granjo, Mesquita de Carvalho, Mendes dos Reis, Tito de Morais, Jorge Vasconcelos Nunes, José Barbosa, Pinto Veloso e Fernandes de Almeida.

● Contudo, o gabinete nem sequer chega a tomar posse, marcada para o dia 15 de Janeiro de 1920, face a uma manifestação promovida pela ala radical dos democráticos, a chamada *formiga branca*. Nesse mesmo dia, chega a esboçar-se uma tentativa de assalto aos jornais apoiantes dos liberais, *A Luta* e *a República*.

● António José de Almeida reconduz imediatamente o gabinete de Sá Cardoso e logo trata de convidar algumas personalidades para a constituição de um *ministério nacional*. Tenta, em primeiro lugar, o liberal e ex-unionista Tomé de Barros Queirós, que logo desiste. Recorre, depois, ao presidente do Senado, Correia Barreto, que também desiste.

● Finalmente tenta o presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira, que em 21 de Janeiro já constitui gabinete.

● Em 19 de Julho de 1920, os liberais voltam ao governo e à presidência do ministério, com António Granjo numa experiência de conjugação com os reconstituíntes e um democrático, que dura apenas quatro meses. Entre os ministros liberais deste gabinete, para além de Granjo na presidência e na

● Sai o primeiro número do jornal anarco-sindicalista *A Batalha*, dito *porta-voz da organização operária portuguesa*. O redactor principal é Alexandre Vieira (23 de Fevereiro de 1919).

● 30 000 pessoas num comício sindical em Lisboa, no Parque Eduardo VII, convocado pela União dos Sindicatos Operários de Lisboa (1 de Maio).

● Começa em Coimbra o 2º Congresso Operário, onde a USOL vai ser substituída pela CGT- *Confederação Geral do Trabalho*. Segue-se o modelo da CGT francesa, por inspiração de Emílio Costa (13 a 18 de Setembro).

● Toma posse o 1º comité confederal da CGT, com Manuel Joaquim de Sousa (calçado), Miguel Correia (ferroviário), José Carvalhal (marítimo), Alfredo Dias (gráfico), Alfredo Lopes (construção civil), Francisco Viana e Joaquim de Sousa (metalúrgicos) (23 de Setembro).

Federação Maximalista Portuguesa

● Aparece *A Bandeira Vermelha*, dito *semanário comunista*, instituindo-se a *Federação Maximalista Portuguesa*, criada em Setembro (5 de Outubro). Trata-se de um grupo dissidente da CGT, o primeiro a defender a revolução russa em Portugal. Entre os seus principais militantes, Manuel Ribeiro, António Peixe, Francisco Dias, Arsénio Filipe e José da Silva Oliveira.

● Em Março de 1921, a partir desta base, cria-se o Partido Comunista Português.

● *A Bandeira Vermelha* proclama *fazer em toda a parte a apologia da revolução russa* (26 de Outubro).

● Polícia assalta a sede do *Bandeira Vermelha*, (1 de Novembro).

Partido Comunista Português

● *A Batalha* publica as bases programáticas do Partido Comunista Português *a criar futuramente* (27 de Janeiro de 1921).

● Fundação do partido, a partir da Federação Maximalista Portuguesa de Manuel Ribeiro. A reunião fundadora tem lugar na sede da Associação dos Empregados de Escritório (16 de Março de 1921).

● Publicada a declaração de princípios do partido que integra no seu seio as antigas Juventudes Sindicalistas da CGT, dirigidas por José de Sousa (1898-1967). CGT logo critica o *estatismo tentacular dos bolcheviques* (7 de Julho).

agricultura, Inocêncio Camacho nas finanças, Manuel Ferreira da Rocha nas colónias e Júlio Ernesto Lima Duque no trabalho.

● São, entretanto, afastados dos gabinetes de Álvaro de Castro, Liberato Pinto, Bernardino Machado de 20 de Novembro de 1920 a 23 de Maio de 1921. Contudo, nesta data voltam ao poder com Tomé de Barros Queirós num governo integralmente constituído por elementos do partido, com os generais Abel Hipólito e Alberto Carlos da Silveira, José de Matos Cid, Ricardo Pais Gomes, Melo Barreto, António Granjo, Fernandes Costa, Ginestal Machado, Lima Duque e Manuel Sousa da Câmara.

● É durante este gabinete que se realizam as eleições de 10 de Julho de 1921 que dão a primeira e única vitória eleitoral dos liberais face aos democráticos. Estes ficam reduzidos a 54 deputados (cerca de 30%) contra 88 deputados liberais (cerca de 50%), mas com 15% para os reconstituíntes de Álvaro de Castro, à frente da dissidência dos reconstituíntes, oriunda dos mesmos democráticos. Uma fraca maioria relativa, aliás, dependente de uma minoria dominada pelos ex-jovens turcos.

● Mesmo assim, constitui-se novo governo liberal a partir de 30 de Agosto, agora liderado por António Granjo, com Raúl Lelo Portela, Vicente Ferreira, Freitas Soares, Ricardo Pais Gomes, Melo Barreto, Ferreira da Rocha, Ginestal Machado, Lima Duque, Fernandes Costa e Aboim Inglês.

● A experiência é bruscamente interrompida pelo golpe outubrista de 19 de Outubro e pelo assassinato do próprio chefe do governo. Após os liberais, juntamente com os democráticos e os reconstituíntes, terem em finais de Novembro, acordado no princípio da não colaboração com os governos outubristas, segue-se o gabinete de concentração partidária liderado por Francisco Cunhal Leal, em 16 de Dezembro de 1921, onde participa o liberal Augusto Joaquim Alves dos Santos, na pasta do trabalho.

● Aliás, neste gabinete, estava previsto que os liberais assumissem a pasta do comércio, através de Celestino de Almeida, mas Cunha Leal rejeitou o nome.

● Seguem-se as eleições de 29 de Janeiro de 1922 onde os democráticos voltam à vitória, com 74 deputados. Com efeito, depois de se

●No dia 5 de Outubro de 1919 sai o primeiro número de *A Bandeira Vermelha*, dito *semanário comunista*, instituindo-se a Federação Maximalista Portuguesa, criada em Setembro. Trata-se de um grupo dissidente da CGT, o primeiro a defender a revolução russa em Portugal. Entre os seus principais militantes, Manuel Ribeiro, António Peixe, Francisco Dias, Arsénio Filipe e José da Silva Oliveira.

●Entre 10 e 12 de Novembro de 1923 realiza-se o I Congresso do PCP. Eleito um comité central dominado por Carlos Rates. É apresentada uma tese, não discutida, sobre a venda das colónias à Inglaterra para se resolver o défice do Estado. Participa Jules Humbert Droz, delegado da Internacional Comunista.

●Carlos Rates em *O Comunista* de 8 de Dezembro de 1923 defende uma *ditadura das esquerdas contra a ditadura das direitas*. Os comunistas são, então, partidários de uma *revolução imediata*, porque *o povo português, na sua maior parte, é uma massa apática e indiferente. Quem dominar em Lisboa, domina o país inteiro*. Prevê-se a instalação de uma ditadura das direitas e que no dia seguinte à instalação desta *toda a população está com os vencedores, do mesmo modo que, três meses depois todos estarão contra a ditadura*, considerada *uma prova pela qual teremos de passar*.

●Revolta abortada em 28 de Agosto de 1924, no castelo de S. Jorge. Presos 8 comunistas e 1 radical. Esboça-se, em 25 de Janeiro de 1925, a criação de uma frente comum de apoio ao governo, com socialistas, comunistas, CGT e Federação Nacional das Cooperativas.

esboçarem listas conjuntas de democráticos, liberais e reconstituíntes, o governo decide apresentar listas próprias, baralhando todo o esquema e prejudicando essencialmente os liberais, dado que estes são obrigados a uma *conjunção* com os reconstituíntes e os *cunha lealistas*.

●Segue-se o longo governo democrático de António Maria da Silva, de Fevereiro de 1922 a Novembro de 1923, o governo mais estável da I República, que também marca o fim dos liberais que, em 5 de Fevereiro de 1923 se diluem num partido nacionalista, onde também começam por participar os reconstituíntes e os seguidores de Cunha Leal.

Unionistas

●17 deputados em 1919.

Evolucionistas

●38 deputados em 1919. Em 8 de Março recusam fusão com os unionistas num partido conservador. António José de Almeida apenas admitia que os unionistas passassem a integrar o partido evolucionista. Relvas não queria *presidir* a uma *vitória eleitoral dos democráticos* (18 de Março). Ex-parlamentares evolucionistas reúnem com António José de Almeida e manifestam-se contrários à dissolução do partido (24 de Abril).

Partido Republicano Presidencialista

●Grupo dos antigos sidonistas. Parte há-de integrar os liberais. Não elegem deputados em 1919.

Católicos

●1 deputado em 1919.

●O Centro Católico movimento, fundado em 8 de Agosto de 1917, elege em 8 de Novembro de 1919, para presidente, António Lino Neto, advogado e professor de economia política do Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, apoiado por uma comissão central de que fazem parte António Pereira Forjaz, professor da faculdade de ciências de Lisboa, José da Fonseca Garcia, advogado.

●Da anterior comissão central, saem Pinheiro Torres e Fernando Sousa (Nemo), marcados por militância monárquica.

●Aprovadas as bases regulamentares do Centro Católico Português, em 22 de Novembro de 1919, durante o II Congresso, o chamado *congresso da reestruturação*, realizado em Lisboa, no Beco do Apóstolos,

à Rua da Flores, na sede da Associação Católica. *A União*, órgão do grupo, começa a publicar-se em 19 de Janeiro de 1920. Tem como director António Lino Neto. Viverá inúmeras polémicas com *A Época*, jornal dirigido por José Fernando de Sousa (Nemo). Neto tinha escrito que a Igreja *é a mais bela democracia que tem visto o mundo e a primeira democracia de todos os tempos*. Nemo contesta, baseando-se em Charles Maurras. Também Pequito Rebelo em *A Monarquia* critica o presidente do Centro Católico Português, em Março desse ano (27 de Maio).

Monárquicos

- Entre 16 e 28 de Setembro de 1919, dois representantes integralistas, Luís de Almeida Braga e Pequito Rebelo, deslocam-se à Inglaterra, para conversações com D. Manuel II. O rei defende intransigentemente o constitucionalismo cartista e rejeita aquilo que havia de absolutismo na doutrina integralista, desaprovando os dois movimentos de restauração monárquica, do Porto e de Monsanto, bem como todas as violência, considerando que a restauração e a actividade política dos monárquicos só poderiam ser levadas a cabo dentro da legalidade. Recusa a imediata nomeação de um seu representante em Portugal, dada a morte de Aires de Ornelas, e não aceita sequer a indicação de um chefe secreto porque *naquele desgraçado país tudo se sabe*, sugerindo que os monárquicos conquistassem eleitoralmente as autarquias locais.

- Novo encontro da delegação integralista e D. Manuel II marca a ruptura (28 de Setembro). Em 20 de Outubro, os integralistas anunciam no jornal *A Monarquia* que se desligam da obediência a D. Manuel II, conforme decisão tomada em 18 de Outubro. Em carta dirigida a Aires de Ornelas, D. Manuel II critica o procedimento dos integralistas (1 de Dezembro). D. Miguel II renuncia ao trono, em 21 de Julho de 1920, depois de negociações com os integralistas. No dia 31 abdica em favor do seu terceiro filho, D. Duarte Nuno, confiando a tutela à tia, D. Maria Aldegundes de Bragança.

- Delegações integralista e legitimista reconhecem como rei D. Duarte Nuno, então com doze anos (31 de Julho). A Junta Central do Integralismo Lusitano declara reconhecer

como herdeiro do trono português D. Duarte Nuno, unindo-se assim ao partido legitimista (2 de Setembro).

- Manifesto de Baiona de D. Maria Aldegundes de Bragança, tutora de D. Duarte Nuno, intitulado, *Proclamação de Princípios*, onde se defende a *monarquia tradicionalista* (26 de Junho de 1921).

- Partido legitimista anuncia acção conjunta com o Integralismo Lusitano, face ao Manifesto de Baiona (1 de Julho).

●**Regresso à República Velha** – Depois da derrota da revolta monárquica de Monsanto, regressa-se à *república velha*, num pequeno intervalo de forte instabilidade política que se encerra com a *noite sangrenta* de 19 de Outubro de 1921. Um ciclo situado entre dois magnicídios, o de Sidónio, perpetrado por um qualquer Júlio Costa, e os de António Granjo, Machado Santos e Carlos da Maia, talvez instigados por um tal José Olímpio, mas sem que se conheçam os subsolos inspiradores, face a contraditórias teses que invocam sotainas jesuíticas, capitalistas esfaimados e tenebrosas lojas maçónicas, segundo as habituais teorias da conspiração. No plano da forma do poder, há um regresso ao parlamentarismo, embora o presidente da república passe a ter direito à dissolução parlamentar, nos termos da Lei nº 891 de 22 de Setembro de 1919. Aliás, a figura do presidente da república, depois da eleição de António José de Almeida em 5 de Outubro de 1919, vai provocar alterações na dinâmica política, não tanto pelo intervencionismo do mesmo, quanto pelo facto de a personalidade escolhida deixar de liderar os evolucionistas, permitindo que estes se fundissem com os unionistas. Há também uma grande instabilidade governativa, com cerca de uma dezena de ministérios no curto espaço de dois anos, onde não faltam duas experiências de militarismo, assumidas pelos democráticos, com António Maria Baptista e Liberato Pinto.

●Com o fim do sidonismo desaparecem como **protagonistas** do processo político Afonso Costa e Brito Camacho e, de certa maneira, António José de Almeida, bem como João Chagas. Alfredo Ernesto Sá Cardoso, chefe de governo durante cerca de seis meses na segunda metade de 1919 é o símbolo dos *jovens turcos*, representando as esperanças e as frustrações dos que desencadearam o 5 de Maio de 1910. Apesar de hierarca do regime e de figura cimeira da revolução de 14 de Maio de 1915, não deixa de se oferecer como voluntário para Grande Guerra, mobilizando para o governo uma série de colegas de geração, como Álvaro de Castro, os quais não-de autonomizar-se dos democráticos como *reconstituíntes*. Começa também a emergir Francisco Pinto da Cunha Leal, mestre do radicalismo e da incoerência, ele que é sucessivamente centrista, sidonista, popular e conservador, nesses curtos dois anos, para, depois, se assumir como um dos inspiradores do 28 de Maio e acabar como um incorrigível reviralista face ao Estado Novo.

●No plano da **dinâmica dos governos**, eis que, em dois anos apenas, se sucedem treze ministérios, mas com um deles a nem sequer poder tomar posse, por pressões da rua. Há também três eleições gerais. Assim, depois do governo de transição de José Relvas, mais um governo de *desforra* do que um gabinete de *acalmação*, surge o de Domingos Pereira, durante cerca de três meses, com cinco democráticos, três evolucionistas dois unionistas, um socialista e um independente, período durante o qual se realizam as eleições de 11 de Maio de 1919, com vitória dos democráticos. Segue-se, durante seis meses, o governo de Sá Cardoso, dominado pela ala moderada dos democráticos, mas onde seis ministros serão futuros aderentes à dissidência reconstituínte, liderada por Álvaro de Castro. Já a experiência monopartidária liberal de Fernandes Costa nem sequer chega a tomar posse, devido a uma acção de rua dos restos da *formiga branca*, pelo que se recorre mais uma vez a Domingos Pereira, durante 47 dias, com quatro democráticos, quatro liberais e um socialista. Contudo, este governo continua a ser dominado por futuros dissidentes dos democráticos, agora da ala que há-de ser encabeçada pelo

então presidente do ministério, que apenas tem a oposição formal dos populares. A sexta tentativa é a de António Maria Baptista e de Ramos Preto, num ministério todo ele democrático, mas com o apoio de socialistas e populares e oposição de liberais, com a expectativa dos reconstituintes. Neste, o presidente morre, aliás, em pleno exercício de funções, numa altura em que os alvaristas saem do partido democrático e institucionalizam o partido reconstituente. Pouco depois, uma sétima tentativa, com António Maria da Silva, durante 23 dias, com três democráticos, dois populares e um socialista, mas com a recusa de colaboração de reconstituintes e liberais. A oitava tentativa tem a liderança do liberal e ex-evolucionista António Granjo, durando cerca de quatro meses, com três liberais, três reconstituintes e um democrático. Em nono lugar, vem a liderança do reconstituente Álvaro de Castro, com cinco dos seus correligionários, três dissidentes democráticos, do grupo de Domingos Pereira, enquanto liberais e democráticos se assumem como da oposição. Em décimo lugar, Liberato Pinto, com seis democráticos, quatro ortodoxos e dois dissidentes do grupo de Domingos Pereira, três reconstituintes, dois populares e um independente. Bernardino Machado lidera a décima primeira experiência, por quase três meses, com quatro democráticos (três ortodoxos e um dissidente do grupo de Domingos Pereira), três reconstituintes e dois populares. Falhando este predomínio dos democráticos, é então chamado o liberal Barros Queirós, para uma décima segunda tentativa, durante cerca de três meses, num governo monopartidário, mas liderado pelos liberais ex-unionistas. Depois das eleições, onde venceram os liberais, segue-se a décima terceira e última das tentativas, com António Granjo em novo governo monopartidário liberal, mas agora dominado pelos ex-evolucionistas. Dura cinquenta dias e será derrubado pelo golpe outubrista e pela noite sangrenta.

●No tocante à **imagem do poder**, tenta dizer-se *uma república para os republicanos* e chega a seduzir-se a chamada classe operária com alguns ministros socialistas, utilizados, sobretudo, como figuras decorativas. Estava-se no tempo das revoluções bolchevistas do imediato pós-guerra e a República tenta utilizar o mesmo processo que falhara com D. Manuel II através de Wenceslau de Lima, vivendo-se um breve momento de ilusão laborista, não por causa da força dos ministros socialistas, mas antes pela ilusão de que os mesmos poderiam causar nas massas operárias, desviando-as do anarco-sindicalismo, numa técnica divisionista que o próprio salazarismo vai utilizar quando mobiliza os mesmos socialistas e até os líderes do nascente comunismo para colaborarem com a fundação do corporativismo.

●No plano da **sede real do poder**, continua o predomínio do partido democrático, agora sem a liderança de Afonso Costa, começando a emergir António Maria da Silva. Contudo, o partido tem de partilhar o processo com o Exército e a GNR e chega a ser desafiado pela alternativa liberal que ganha as eleições de 1921. Destaca-se também a actuação dos governadores civis. A alavanca fundamental do poder está na instrumentalização dos cerca dezassete mil lugares criados em 10 de Maio de 1919, com a conseqüente política de saneamento dos hierarcas sidonistas. E neste processo de controlo da burocracia continua a ser mobilizado o grupo da *formiga branca* e o seu líder Daniel Rodrigues ainda bastante activo em 1920. Não falta sequer a utilização do Grande Oriente Lusitano, não sendo por acaso que o grão-mestre e o seu vice, Magalhães Lima e José de Castro assumem funções governamentais depois do 14 de Maio. Mas outras forças vão surgir com a nova relação estabelecida entre os capitalistas e os jornais, destacando-se, por um lado, o partido do jornal *O Século*, que começa com campanhas contra as moagens para acabar porta-voz das mesmas, e, por outro, o partido do *Diário de Notícias*, ligado à Associação Comercial de Lisboa e dominado por Moses Bensabat Amzalak. No plano militar, eis que depois do protagonismo assumido pelos *cadetes de Sidónio* se dá um regresso à liderança dos *joventes turcos*, já quarentões. Mas dá-se uma fundamental alteração do processo com o número exagerado de oficiais provocado pela guerra. Oficiais que se sentem desempregados e mal tratados pela sociedade. Surge também o partido da GNR.

●No plano da **política de segurança**, refira-se tanto a criação de uma polícia política como institucionalização de um Tribunal de Defesa Social, face à sucessão de violências grevistas e até de terrorismo bombista, numa espiral que leva a tentativas de autoritarismo governamental militarista, com os democráticos. Nos governos de António Maria Baptista e Liberato Pinto surge a ilusão bonapartista, com quase todas os grupos políticos a darem força às metralhadoras

da GNR, ao mesmo tempo que se tenta um ousado reformismo financeiro, contando até com o apoio das *forças vivas* patronais e com as simpatias daqueles que clamam por um *governo de força*, independentemente da respectiva cor. Isto é, a *república dos republicanos* embrenha-se na procura dos *endireitas*. E a imagem de marca está no grau de repressão assumido para com os grevistas.

•Na **política financeira**, fala-se da *bancarrota*, numa altura em que, por causa da pressão clientelista, neste eterno país da empregomania, os gastos com pessoal absorvem 84% das despesas públicas. Há, neste domínio uma série de afirmações alarmistas: em 20 de Agosto de 1919, António Maria da Silva fala em *desregramento*. Em 8 de Janeiro de 1920, Malheiro Reimão utiliza o qualificativo de *bancarrota*. Em 28 de Maio de 1920, é mais uma vez António Maria da Silva a referir que *o país tem estado a saque*. A solução virá dentro de poucos anos.

•**Greves** – O despedimento de operários da construção civil no Barreiro é motivo da greve desencadeada no dia 12 de Abril. Seguem-se as dos estofadores e decoradores de Lisboa, bem como a dos serviços camarários também em Lisboa. 30 000 pessoas num comício sindical em Lisboa, no Parque Eduardo VII, convocado pela União dos Sindicatos Operários de Lisboa (1 de Maio). As greves recomeçam em força no dia 2 de Maio (carris, águas, cesteiros e alfaiates), seguindo-se o incêndio no serviço de encomendas postais do Terreiro do Paço. Conselho de Ministros lança apelo ao operariado. Incêndio na cadeia do Limoeiro (2 de Maio). Greves da Companhia das Águas (6 de Maio), dos funcionários camarários, da Carris, da CUF e dos tanoeiros em Vila Nova de Gaia. Dois operários são abatidos pela GNR (29 de Maio).

•**Greve ferroviária** – Começa uma vasta greve ferroviária que durará dois meses, com várias sabotagens (3 de Junho), abrangendo as linhas do Norte, Oeste e Leste, bem como as ligações com o estrangeiro. Governo manda encerrar sindicato dos ferroviários (6 de Junho).

•**Greve geral** de 48 horas, com sucesso parcial (17 de Junho). Explodem várias bombas. Os sindicatos gráficos impedem a saída dos jornais, com os socialistas a criticarem *A Batalha*. Apesar de encerrada a sede da União Operária Nacional, o governo apresenta sucessivos pedidos de demissão e recebe outras tantas moções de confiança.

•**Socialistas** Comício do Partido Socialista no teatro Apolo em 18 de Abril. O semanário socialista *O Combate* passa a jornal diário, sendo dirigido por Alfredo Franco (20 de Abril).

•**Evolucionistas** – Ex-parlamentares evolucionistas reúnem com António José de Almeida e manifestam-se contrários à dissolução do partido (24 de Abril).

•Decreto nº 5 576 de 10 de Maio repõe em vigor o modelo de **delitos sociais**, conforme o estilo da *lei celerada* de João Franco, prevendo-se a punição dos bombistas, com a pena de degredo para o Ultramar.

•O director da Polícia de Segurança do Estado é exonerado, por desinteligências com o governo (recusa responsabilidade dos operários nos incêndios criminosos) que manda prender dirigentes sindicais como Alexandre Vieira, Manuel Afonso e Santos Aranha.

•**Reformas universitárias** de Leonardo Coimbra².

Um dos decretos nomeia para a Faculdade de Letras de Coimbra Francisco Romano Newton de Macedo e Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, com imediatos protestos da Faculdade de Letras de Coimbra (2 de Maio). Em 10 de Maio, a escola é transferida para o Porto. Segue-se, em 19 de Maio, a demissão do reitor da Universidade de Coimbra, Mendes dos Remédios, que se associara aos protestos. Nomeado imediatamente Coelho Carvalho, até 26 de Junho.

•**Democráticos** – Filiados do PRP dirigem uma carta a Afonso Costa negando-lhe o direito de abandonar o partido e solicitando-lhe que nele permaneça. Apesar de eleito deputado em 11 de Maio, não toma posse.

•**Governo nº 72 de Alfredo Ernesto Sá Cardoso** (desde 29 de Junho, 205 dias, cerca de sete meses). Cerca de dois meses depois



das eleições de 11 de Maio, surge um novo governo, em 29 de Junho, presidido por Sá Cardoso e dominado pela ala moderada e conciliadora dos democráticos, com uma maioria de futuros reconstituintes. O governo deste *ex-jovem turco*, que havia sido um dos mais destacados revolucionários do 14 de Maio de 1915 vai falhar, apesar de militante honestidade de quem até abandona as funções de administrador de roças de S. Tomé, para se dedicar inteiramente aos negócios do Estado.

● **Presidência e interior:** Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, um democrático alvarista que há-de integrar os reconstituintes e accionistas, acumulando com o interior. Na justiça e cultos, o então democrático, mas futuro reconstituente Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso. Nas finanças, outro futuro reconstituente Francisco da Cunha Rego Chaves, a que sucederá António Maria da Silva (desde 3 de Janeiro). Na guerra, mais um futuro reconstituente, o *ex-jovem turco*, Hélder Armando Santos Ribeiro (1883-1973). Na marinha, Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, desde 6 de Julho. Nos negócios estrangeiros, João Carlos de Melo Barreto (1873-1935), desde 12 de Julho. No comércio, Ernesto Júlio Navarro. Nas colónias, Rodrigues Gaspar e, a partir de 3 de Janeiro, Álvaro de Castro. Na instrução pública, o anticlerical bracarense Joaquim José de Oliveira (1880-1935). No trabalho, José Domingues dos Santos (1885-1958). Na agricultura, o futuro reconstituente César Justino de Lima Alves e, depois de 3 de Janeiro, João Luís Ricardo (1875-1929).

● **Um exemplo de adesivismo** – O ministro Melo Barreto, *ex-monárquico*, deputado regenerador em 1904, tinha sucedido a Emídio Navarro na direcção do jornal *Novidades*, fez-se, depois, republicano, passando de democrático a alvarista, para, depois de 1926, servir a Ditadura Nacional.

● **Atentado** contra Alfredo da Silva (1871-1942) (21 de Julho)

● **Novos partidos** – Depois da eleição de António José de Almeida como Presidente da República (6 de Agosto), tomando posse no dia 5 de Outubro, surge o *Partido Liberal*, pela junção de evolucionistas e unionistas (5 de Outubro). Segue-se o *Partido Popular* (8 de Outubro) com *ex-evolucionistas* que não aceitam integrar os liberais. Cria-se a

Federação Maximalista Portuguesa. Reestrutura-se o *Centro Católico Português*. Integralistas entram em conflito com D. Manuel II. Cria-se a CGT (18 de Setembro). E os sidonistas afectos a Egas Moniz passam a integrar os liberais (13 de Outubro).

Allegro, José Luciano Sollari (1988); Cabral, António (*Em Plena...*): 431, 432; Caetano, Marcello (*A Depreciação...*): 301; (*Apontamentos*, 1961): 53, 57, 61; Cruz, Manuel Braga da: 265, 277, 279, 280; Ferreira, José Medeiros (1989); Gouveia, Rosa: 35, 36, 37, 38, 40; Leal, Cunha (1966) II: 170-175; Lima, S. Magalhães I: 267; Lopes, Fernando Farelo: 151, 152; Magalhães, Luís de (1925): 13 ss.; Marques, A. H. Oliveira (*Nova História...*, 1991): 209, 210, 213 ss., 331, 361, 470, 728; (*As Estruturas...*): 362, 363; Martins, Francisco da Rocha (*A Europa em Guerra*, II): 332, 333, 336, 338, 340, 348, 349, 350, 352; Melo, Gonçalo de Sampaio e Melo (1984): 10 ss.; Moncada, Luís Cabral de (1992): 120; Pabón, Jesus: 369, 377, 378, 383, 393, 462; Pereira, J. Pacheco: 59, 60, 61, 259, 260; Peres, Damião (1954): 206, 207, 209, 220, 221, 222, 226, 227, 230, 231, 232, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 254, 260, 261 ss., 264, 379; Ramos, Rui: 621; Relvas, José (*Memórias Políticas*, II): 85, 86, 134, 135; Ruivo, Beatriz e Leitão, Eugénio (1977): 24; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 221 ss.; Vieira, Alexandre (1970): 141 ss.; 183; Xavier, Alberto: 52, 55, 56, 60, 61, 68.